

Ano 9, Vol XIX, Número 2, Jul-Dez, 2017, Pág. 64-78.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA ESTADUAL

Kellyane Lisboa Ramos

Raquel Lobato Leão

Jusiany Pereira da Cunha dos Santos

Resumo:

Este artigo busca abordar de maneira reflexiva como está sendo desenvolvida a assistência ao aluno com deficiência visual no Atendimento Educacional Especializado-AEE de uma escola pública estadual de ensino do município de Humaitá- AM. Como também refletir como realmente acontece a inclusão dos alunos deficientes visuais na rede estadual, constatando adaptações curriculares, recursos didáticos e pedagógicos utilizados para estes alunos. Este estudo parte de uma abordagem qualitativa, na perspectiva descritiva. A construção dos dados foi realizada por meio da aplicação de entrevista semiestruturada, direcionada a 1 (um) professor atuante na sala de recurso da rede estadual. O estudo teve como base leituras e estudos de leis, decretos e autores que influenciam na educação do deficiente visual. Os resultados evidenciam que se necessita não apenas de salas de recursos para todas as escolas estaduais que recebem matrículas de alunos deficientes tipo 2, mais professores flexíveis que de certa forma colaborem com o trabalho do professor do AEE, disponibilizando parceria com o seu trabalho.

Palavras-chave: Deficiência Visual. Atendimento Educacional Especializado. Escola Estadual.

SPECIALIZED EDUCATIONAL ATTENDANCE OF STUDENTS WITH VISUAL DEFICIENCY: CASE STUDY IN A STATE SCHOOL

Abstract:

This article seeks to address reflective way is being developed to assist the student with visual impairment in the Educational Service Skilled- AEE a state public school teaching Humaitá- AM municipality. As well as reflect actually happens the inclusion of visually impaired students in the state system, noting curricular adaptations, teaching and learning resources used for these students. This study is a qualitative approach, descriptive perspective. The construction of the data was performed by applying a semi-structured interview, directed to one (1) teacher active in the state system resource room. The study was based readings and studies of laws, decrees and authors that influence the visually impaired education. The results show that not only requires resource rooms for all state schools that receive enrollment of disabled students type 2, more flexible teachers who somehow collaborate with the work ESA teacher, providing partnership with their work.

Keywords: Visual Impairment. Educational Service Specialist. Public school

1. INTRODUÇÃO

As deficiências visuais assim como as demais limitações sofreram seus retrocessos e avanços ao longo do tempo. Assim como o deficiente intelectual, sensorial, físico, surdos na antiguidade eram vistos como sujeitos incapazes de conviver em sociedade, os cegos também sofriam com o preconceito, eram praticamente exilados do convívio familiar, muitas vezes foram enviados para lugares distantes para conviverem com pessoas que tinham a mesma deficiência, isso quando a família tinha condições econômicas, quando não tinham eram abandonados e muitas vezes condenadas à morte conforme apontam alguns estudiosos como Botur & Manzoli (2007) e Sasaki (2012). A sociedade cultuava o belo, a aparência física perfeita onde falar e ver eram tidos como fator fundamental ao homem levando-os a aprender e se comunicar apenas se estivesse apto a todos os sentidos. Como aponta Bruno & Mota (2001, p.25):

A história da deficiência visual na humanidade é comum a todos os tipos de deficiências. Os conceitos foram evoluindo conforme as crenças, valores culturais, concepções de homem e transformações sociais que ocorreram nos diferentes momentos históricos.

Nesse sentido compreendemos que os deficientes visuais passaram infelizmente por todo processo de exclusão, segregação e integração até chegar à inclusão que ainda é muito defasada. Em relação a possíveis preocupações a respeito da educação dos deficientes visuais isso só ocorreu em meados do século XVI, e ao longo do tempo outros cientistas foram amadurecendo a ideia e criando outras técnicas para auxiliar o cego. A repercussão foi tão grande que já em 1784, foi criada em Paris, a primeira escola para cegos, já com algumas técnicas de leitura com alto relevo que no século seguinte é consolidado por Sistema Braille que na verdade foi desenvolvido por Louis Braille.

Conforme Bruno & Mota (2001) nessa mesma época um brasileiro aperfeiçoando seus estudos no exterior e sabendo dessa descoberta tenta ensinar esse Sistema Braille a uma menina cega na presença do imperador D. Pedro II. José Alvares

de Azevedo sendo um grande estudioso relata à corte na época a importância de se ter um lugar para que os cegos pudessem adquirir conhecimento, estudar e aprender.

De acordo com Lanna Júnior (2010) foi então que no Brasil surgiu o Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, hoje é conhecido por Instituto Benjamim Constant, um lugar de referência nacional. Esse foi o primeiro passo para que pessoas cegas ou de baixa visão tivessem a oportunidade de estudar, o lugar também foi o primeiro a criar a Imprensa Braille. Depois disso vários outros estados também começaram a implementar ideais de educação que atendessem cegos.

Sendo assim através deste breve histórico, será realizada uma análise posteriormente buscando refletir sobre como os alunos com deficiência visual são incluídos no AEE na rede estadual de ensino em Humaitá-Am. Constatar que adaptações curriculares são feitas para atender esses alunos, conhecer quais recursos didáticos e pedagógicos é utilizado para atender o aluno com deficiência visual, investigar de que forma é visto a inclusão do deficiente visual na rede regular de ensino e no AEE.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao longo da história da educação no que diz respeito a deficiência, observamos que a educação para as pessoas com deficiência não foi ofertada, por muito tempo lhe foi negado esse direito conforme aponta Sasaki (2012). Devemos considerar que por séculos a instituição escolar deixou de incluir esses alunos com alguma limitação nas escolas.

A escola se torna heterogênea ao passo que recebe crianças de várias culturas, com potenciais e necessidades diferentes, exemplificando assim que o ritmo de aprendizagem não é igual, cada aluno independente de possuir necessidades educacionais especiais ou não apresenta sua diferença que deve ser respeitada e desenvolvida no decorrer das aulas.

As salas de recursos surgiram como proposta de auxiliar os alunos que estão incluídos na rede pública de ensino desde 2008, através do Decreto nº 6571, de 17 de Setembro/2008 no qual o aluno com deficiência tem direito a um ensino educacional especializado diferenciado em sua deficiência no contra turno da sala regular, e por

meio dela, com o uso adequado dos materiais disponibilizados pelo MEC¹/SECADI² certamente o professor qualificado para atuar neste ambiente desenvolverá um excelente trabalho.

É necessário que a sociedade e principalmente a escola esteja aberta às diferenças, ou seja, para ocorrer o respeito, a valorização da diferença é preciso que isso parta do ambiente escolar, onde a instituição promova discussões e ações em prol das diferenças, combatendo a discriminação, e o preconceito. Como afirma Pires (2014, p. 156) que:

A aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana e a aprendizagem por meio da cooperação são princípios defendidos pela nova ordem da Educação Especial sob o enfoque da Educação Inclusiva. Saber conviver com a diversidade humana representa aceitar as diferenças em qualquer lugar, e a escola, em nossa sociedade, é um dos espaços mais importantes para o acesso ao conhecimento e aos bens culturais.

Em uma perspectiva inclusiva não basta somente a escola receber o aluno deficiente, ela precisa atender às necessidades e conviver de forma harmoniosa com as mais vastas diversidades encontradas, estabelecendo subsídios para o aluno permanecer no ambiente escolar de maneira produtiva, onde pela interação e desenvolvimento das atividades se recrie no convívio social. Somente a escola irá ofertar para esse aluno uma educação que além de trazer e construir conhecimento também influenciará nas escolhas profissionais preparando-o para a vida.

Sabemos que o aluno cego apresenta algumas dificuldades ao ser incluído no ensino regular, diante disso o professor juntamente com a escola deve adaptar e buscar da melhor forma se adequar à realidade do educando. É nesse momento que é de suma importância o aluno estar matriculado tanto na rede regular de ensino, estar presente nas

¹ Ministério da Educação.

² Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, diversidade e Inclusão.

aulas, participar, mas também estar incluído no AEE. Conforme aponta Ropoli (2010, p. 17):

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola.

Nesse sentido a escola necessita de diversas adaptações para receber o aluno deficiente, existem ainda questões do currículo e também sobre a oferta do AEE que devem ser discutidas e planejadas. Sendo que a partir do momento que as famílias sabem dos seus direitos vai ser cada vez mais frequente a presença dos mesmos nas intuições de ensino, estas devem estar preparadas e uma escola inclusiva que acolha todos os alunos independente de suas particularidades.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa partiu da abordagem qualitativa por ser uma investigação social que lida com pessoas relacionada ao fenômeno da educação. Que por conta dos objetivos e instrumento de coleta de dados, na perspectiva da pesquisa descritiva “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (SILVA & MENEZES 2001, p. 21)”. Com isso se busca maior familiaridade com o objeto de estudo.

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada, pois “são baseadas no uso de guias de entrevistas, que conta de uma lista de perguntas ou temas que necessitam ser abordados durante as mesmas (TOBAR & YALOUR, 2002, p. 101)”. Sendo direcionada a um professor do AEE da rede estadual com 35 anos de idade, graduado em Matemática com especialização no AEE, educação inclusiva além de outros cursos na área da surdez, e deficiência intelectual, trabalhando há 6 anos com deficientes e 3 anos especificamente com deficientes visuais. O mesmo sendo

nomeado professor X, por questões de ética. No qual optamos por desenvolver um levantamento para descobrir como ocorre a inclusão de alunos com deficiência visual no AEE na Rede Estadual de Ensino em Humaitá.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O professor se propôs a responder um roteiro de nove perguntas relacionadas a quantidade de alunos com deficiência visual que frequentavam o AEE na rede estadual de ensino. Perguntamos Como era realizado o atendimento educacional especializado (horas de atendimento), que adaptações curriculares eram feitas para atender os alunos, quais recursos didáticos e pedagógicos eram utilizados, de que maneira a inclusão dos alunos com deficiência visual era vista na rede regular e no AEE.

E também quais as dificuldades encontradas para trabalhar os conteúdos, a importância da relação professor aluno, a comunicação e relação interpessoal no processo de inclusão do aluno com deficiência como também que dificuldades são encontradas para a efetivação favorável do AEE no processo de ensino aprendizagem dos alunos deficientes visuais, o que poderia ser melhorado na área a fim de proporcionar maior entendimento e familiaridade com o tema abordado.

Quando perguntado ao professor X sobre a quantidade de alunos que frequentavam o AEE na rede estadual o mesmo respondeu que, *“esse ano nenhum. Apenas alunos da rede Municipal, devido a rede municipal não dispor da sala de recurso para o atendimento visual, apenas a sala de recurso tipo 1 que atende as deficiências menos a deficiência visual. No caso a nossa da escola Álvaro Maia é a sala de recurso tipo 2”*. Percebemos que não há muito apressamento por parte da Secretaria Municipal em oferecer salas de recursos tipo 2 aos alunos das escolas municipais que possuem deficiência visual, sendo necessários aos alunos migrar para o AEE, da rede estadual para assim garantir sua aprendizagem. De acordo com o Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008:

Art. 1^a A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular (BRASIL, 2008, p.01).

Pela base legal é necessário que toda escola que tem matrícula de alunos com deficiência tenha a sala de recursos e um professor habilitado para trabalhar com os alunos, o governo disponibiliza certo apoio financeiro as secretarias para assim realizarem a distribuições dos recursos encontrados apenas nas salas do AEE.

O professor segue enfatizando que *“os horários de atendimentos são no contra turno. Os alunos que frequentam a escola regular pela parte da manhã e vão ao AEE pela parte da tarde. E os da tarde vice-versa. Cada aluno tem dois dias na semana para esse atendimento com uma hora, duas horas dependendo da necessidade de cada aluno, podendo ser revista a cada planejamento”*. Diante ao planejamento do professor notamos que o mesmo se dedica ao máximo em disponibilizar tempo aos alunos, adaptando sua prática a dificuldade de cada um, onde isto é visto como um ponto fundamental entre o ensino e aprendizagem.

Quando perguntado ao professor sobre as adaptações curriculares, recursos didáticos e pedagógicos utilizados para atender os alunos com deficiência visual o mesmo respondeu, *“a maioria deles é a adaptação para o sistema braile, foi feito algumas outras adaptações já em parceria com as escolas no sentido de adaptações arquitetônicas, mais no sentido pedagógico a adaptação maior é os textos em braile, alguns mapas alto relevo que a gente confecciona, algumas figuras geométricas na área da matemática das ciências naturais, além do soroban, o multiplano é uma ferramenta muito importante, tanto na área das exatas, quanto das humanas, a gente também trabalha orientação e mobilidade, para que o aluno possa se sentir auto gestor e auto defensor”*.

Segundo a Resolução N° 4 de 2 de outubro de 2009:

Art. 2 O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços (BRASIL, 2009,p.01).

Sendo assim a comunicação deve ser estabelecida por meio dos recursos, gerando uma interação social tanto entre o professor da sala de recursos, quanto aos alunos e professores da sala regular.

Em outro manual do MEC que faz parte do programa de Capacitação aos professores do AEE segundo Sá (2007) o Atendimento educacional especializado: para a pessoa com Deficiência visual precisa:

Para promover a comunicação e o entrosamento entre todos os alunos, é indispensável que os recursos didáticos possuam estímulos visuais e táteis que atendam às diferentes condições visuais. Portanto, o material deve apresentar cores contrastantes, texturas e tamanhos adequados para que se torne útil e significativo (p. 27).

Dessa forma, a utilização de recursos como livros adaptados, soroban, mapas em alto relevo que facilitem o contanto com contrastes diferentes estimulam os alunos em vários aspectos sejam eles físicos e intelectuais. A sala observada nos mostrou essa

preocupação em confeccionar os recursos didáticos e pedagógicos usados pelos alunos, como também o acompanhamento das novas tecnologias como um meio vasto de trazer o aluno com deficiência para o mundo digitalizado, onde a escrita é oralidade são trabalhadas em parceria. “A disponibilidade de recursos que atendam ao mesmo tempo às diversas condições visuais dos alunos pressupõe a utilização do sistema Braille, de fontes ampliadas e de alternativas no processo de aprendizagem (SÁ, 2007 p. 27)”.

O professor não apenas ensina a escrita em braile aos alunos como também, aprende maneiras diversificadas para adaptar os exercícios da sala regular fielmente a realidade observada, mostrando ao aluno com surdez a veracidade dos fatos estudados. Conforme Rodriguero (2010, p. 07) o professor do AEE deve:

Desenvolver atividades adequadas às necessidades ou condições educacionais especiais dos alunos. Essa adequação contemplará: enriquecimento curricular para as altas habilidades/superdotação; ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para alunos com surdez; ensino da língua portuguesa escrita para alunos com surdez; ensino da comunicação aumentativa e alternativa (CAA); ensino do código Braille, Soroban, Orientação e Mobilidade e atividades da vida autônoma e social para alunos cegos; ensino com a utilização da Tecnologia Assistiva e o desenvolvimento de atividades escolares que contribuam para o desenvolvimento das funções mentais superiores dos alunos.

Seguimos perguntando de que forma é visto a inclusão do aluno com deficiência visual na rede regular e no AEE, onde o mesmo responde que *“a inclusão não só do deficiente visual mais assim como o todo, é vista de forma bem deficitária, as pessoas acreditam que realizando a matrícula já fez o processo de inclusão, mais ainda existem muitos quesitos que precisam ser revistos e adaptados principalmente, no sentido humano, não basta estar em uma escola com rampas de acesso, corrimão com penha sinalizada se o corpo docente e discente não estão adaptados à esta realidade de alunos que nós temos”*.

Concordando com o professor muito se fala em inclusão escolar da pessoa com deficiência, mais muitas vezes esse direito não sai do papel sendo esquecido até mesmo pelos próprios agentes da escola. Desse modo segundo Ropoli (2010, p.8):

A educação inclusiva concede a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças.

O ser humano precisa primeiramente aceitar as diferenças para depois internalizar na escola o conceito de inclusão, partindo desde a cultura escolar internalizada as práticas educativas desenvolvidas no seu interior.

O professor segue enfatizando que *“a maior dificuldade é a parte humana, os professores não querem mudar suas metodologias não querem adaptar seu planejamento de acordo com o aluno. Essa é a maior barreira que a gente enfrenta tanto na sala regular como no AEE, a gente enfrenta dificuldade de o professor da sala regular querer passar prova em cima da hora por falta de confiança nos professores do AEE, achando que a gente vai facilitar o processo para o aluno. E a gente tem toda ética para não facilitar. Se o aluno errou uma letra em braile a gente vai ter que transcrever essa letra de acordo com o erro do aluno. Vai da consciência do professor na correção. Eu enquanto professor do AEE não posso transcrever o correto só porque eu quero auxiliar o aluno, pelo contrário a gente tem que ser imparcial nesse sentido”*.

Questionamos-nos diante disto, como se obterá uma educação igualitária se o professor da sala regular muitas vezes não trabalha em parceria com o professor da sala de recursos? Não disponibiliza as atividades e ou conteúdos que está ministrando com antecedência? Sabemos que a escola está constituída por um conjunto de normas, composta por corpo docente, discente, e outros profissionais em prol do bem comum, da melhor efetivação de sua função social, onde esse dever deve ser estabelecido na sociedade no qual faz parte, acolhendo e levando em consideração o desenvolvimento do aluno deficiente matriculado seja qual for sua limitação. Pois o mesmo tem capacidades de aprender, basta a escola ter um olhar diferenciado e fazer mudanças no currículo, planejar ações que contemple de fato estes educandos.

Quando perguntado sobre sua prática pedagógica, como professor (a) de AEE o poderia ser melhorado, e quais são as dificuldades encontradas para trabalhar os conteúdos, nos remete *“a grande dificuldade são as distâncias das escolas, de se trabalhar em parceria com os professores, mais creio que também precisa ter um levante por partes das secretarias de olhar com afim pra essa parte da inclusão, de trabalhar formação com os professores, trabalhar também a participação efetivas das escolas neste sentido, a gente fica aqui no AEE, as pessoas acreditam que a gente só está aqui esperando o tempo passar, no entanto se a gente sair daqui pra atender em outras escolas, a gente deixa de atender os alunos que já em seus horários fixos, ai os professores das outras escolas não aparecem aqui e a gente fica nesse impasse é muito difícil, parece que a gente tá num anexo da escola, não tem quem coordene a gente pra nortear os trabalhos e fica um pouco bagunçado o processo”*. Diante disto acreditamos que a sala de recurso deve ser vista como parte integrante da escola, um dos setores que deve receber maior ajuda e comprometimento. Como enfatiza Ropoli (2010, p. 9):

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão.

Não basta apenas que a escola oferte uma estrutura física aceitável, adaptada as necessidades especiais, acima de tudo deve-se ter profissionais que compreendam a causa da inclusão, seja oferecendo cursos de capacitação a área, ensino em braile para todos os professores, libras, para facilitar a comunicação entre os alunos. Pois sem comunicação não existe de fato a inclusão.

As secretarias estaduais e municipais devem trabalhar em parceria com as escolas, incentivando não apenas com recursos, mais com formações continuadas aos profissionais que atuam com estes educandos na intenção de diminuir as dificuldades da sala de aula e também no AEE.

O participante segue afirmando que *“o professor e aluno tem que ter essa interação, tem que saber que a educação é uma interação de troca, tanto do professor quanto do aluno, por isso que é processo em construção de ensino e aprendizagem. Não só o professor ensina como o aluno. Assim eu acho importante a motivação que o professor precisa passar para os seus alunos. Muitos alunos com deficiência visual acabam desistindo por falta de estímulo, por falta de suporte humano porque a você não só precisa de suporte material para trabalhar você precisa de alguém que lhe ajuda, já é difícil alguém com deficiência ter que enfrentar vários obstáculos em casa na escola. Eu acredito que o estímulo do professor com o aluno é muito nesse sentido”*.

Pois de acordo com Ropoli (2010, p.10):

Um ensino para todos os alunos há que se distinguir pela sua qualidade. O desafio de fazê-lo acontecer nas salas de aulas é uma tarefa a ser assumida por todos os que compõem um sistema educacional. Um ensino de qualidade provém de iniciativas que envolvem professores, gestores, especialistas, pais e alunos e outros profissionais que compõem uma rede educacional em torno de uma proposta que é comum a todas as escolas e que, ao mesmo tempo, é construída por cada uma delas, segundo as suas peculiaridades.

Os estímulos oferecidos aos alunos devem partir tanto da família, quanto da comunidade escolar, proporcionando um ambiente acolhedor, onde o aluno com deficiência goste de estar, se motivando a aprender, recriar, interagir, socializar.

A questão da formação continuada, cursos preparatórios é tido como um ponto fundamental, devendo partir tanto das secretarias de educação como da própria escola afim de trazer maior familiaridade sobre o tema com os professores da sala regular. Os alunos deficientes visuais precisam se comunicar tanto pela escrita em braile quanto pela oralidade, afim de participarem assiduamente na sociedade em que vivem. E

mesmo os alunos cegos fazendo parte da rede regular de ensino, e AEE, a comunidade escolar e a família têm o dever de incentiva-los a seguirem em frente sem desistir da busca do conhecimento, as pessoas próximas necessitam recolhe-las como cidadãos de direito, sem preconceito as suas limitações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo estando no século XXI, o deficiente visual ainda encontra muitas dificuldades, e partes da sociedade não veem a inclusão de deficientes nas escolas como forma favorável e sim como um peso, pois o direito ao acesso a educação inclusiva foi negada por muito tempo. De tal forma que ter um aluno deficiente em sala de aula é visto com muito receio e até algo desesperador, ou seja, o professor tem medo de não saber de que forma ensinar.

Somente quando houver um olhar humanitário do não deficiente para o deficiente e que podemos realmente construir uma escola/educação inclusiva, pois não basta só colocar o aluno para estudar na rede regular e no AEE se não houver a participação efetiva de todos os membros.

Concluimos até o presente momento com a fala do educador em predizer que *“no sentido do AEE, os alunos têm um trabalho muito proveitoso. Na medida em que eles trazem os conteúdos das escolas regulares, a gente busca de forma mais eficaz realizar esse processo de interação com o professor da sala regular. Então creio eu que o trabalho está sendo desenvolvido, mesmo de forma fragmentada, mais está tendo bom resultado, embora acredito que poderia ser ampliado melhorado um pouco mais, porque a gente percebe que a escola tem sala de recurso, mas, no entanto, apenas a mesma tem tipo 2, que é pra trabalhar com os deficiência visual”*.

Apesar dos obstáculos o educador busca desenvolver um bom trabalho, atendendo além da deficiência visual, mais também alunos com surdez e deficiência intelectual. Há uma carência muito grande por esse trabalho, aponto de integrar profissionais distribuídos em todas as escolas do Estado e Município. De acordo que, a sala regular juntamente com a sala de atendimento especializado devam trabalhar em continuidade numa parceria que irá dar subsídios para que o aluno cego compreenda que ele é capaz e é um sujeito transformador e não um “peso” para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BOTUR, Geralda Catarina Bressianini; MANZOLI, Luci Pastor. **Resgate Histórico da Educação Especial em Instituições Filantrópicas e Rede Pública na Cidade de Ribeirão Preto-SP.**, Comunicação Científica: A Formação Docente na Perspectiva da Inclusão. IX CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES – UNESP - Universidade Estadual Paulista - Pro-Reitoria de Graduação. 2007, p.64-76.

BRASIL. *Decreto nº 6571*. Brasília, 2008. Disponível em <http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/legislacao/decreto-presidencial-no-6571-atendimento-educacional-especializado>. Acesso em 26.set.2016.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 04 de 02 de outubro de 2009**. Diretrizes Operacionais do atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Modalidade Educação Especial. Brasília, 2010.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia; MOTA, Maria Glória Batista. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: **Deficiência Visual**. Vol. 1 Fascículos I-II-III. Colaboração: Instituto Benjamin Constant. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001. Disponível em:
<portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/def_visual_1.pdf> Acesso em: 03.set. 2015.

LANNA JÚNIOR, Mário C. Martins. **As Primeiras Ações e Organizações Voltadas para as Pessoas com Deficiência**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Disponível em:
<http://www.bengalalegal.com/asprimeiras-historia-pcd>. Acesso em: 28. dez. 2015.

PIRES, Rogério Sousa. **Um olhar sobre a história da educação do deficiente visual no município de Piracicaba/SP**. Benjamin Constant. Rio de Janeiro, ano 20, n.57, v.2,p.155-172, jul.-dez. 2014.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: A escola comum inclusiva**. Brasília: SEESP/MEC,2010. Disponível em
<<http://www.portal.mec.gov.br/docman/novembro-2010-pdf/7103-fasciculo-1pdf>> Acesso em 26. set.2016.

RODRIGUERO, Celma Regina Borghi. Et al. **Atendimento Educacional Especializado**. 2010. 42f. Apostila do Curso de Especialização em AEE, modalidade a distância, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

SÁ, Elizabet Dias de, Et Al. **Atendimento educacional especializado: Deficiência visual**. Brasília: SEESP / SEED / MEC, 2007. <http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dv.pdf> Acesso em: 26.set.2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Causa, impedimento, deficiência e incapacidade, segundo a inclusão**. Revista Reação, São Paulo, ano XIV, n. 87, jul./ago. 2012.

SILVA, Edna Lúcia da. MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. Ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p.

TOBAR, Frederico; YALOUR, M. Romano. **Como Fazer Teses em Saúde Pública**. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2001.

Recebido: 20/7/2017. Aceito: 20/11/2017.

Sobre as autoras e contato:

Kellyane Lisboa Ramos - Professora Substituta do IEAA/UFAM. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Graduada do Curso de Pedagogia no IEAA/UFAM em Humaitá/AM. E-mail: kellyanne.ped@gmail.com.

Raquel Lobato Leão - Graduada em Pedagogia no IEAA/UFAM em Humaitá/AM. E-mail: raquel_lobato1@hotmail.com.

Jusiany Pereira da Cunha dos Santos- Professora do IEAA/UFAM em Humaitá/AM. Mestra em Educação PPGE- UNIR- Porto Velho. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa: Laboratório de Avaliação Psicopedagógica, Educacional e Histórico-Cultural da Amazônia – LAPESAM/UFAM. E-mail: jusysantos29@gmail.com